



ONGD

PLATAFORMA . PORTUGUESA

**SOCIEDADE CIVIL E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

MAI/JUN 2016

NÚMERO 10

ÍNDICE

O CONTEÚDO EDITORIAL DA REVISTA
É DA TOTAL RESPONSABILIDADE DA
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD.

COLABORAÇÕES NESTA EDIÇÃO

ANA FILIPA OLIVEIRA, DANIEL CARA,
IGNACIO SAIZ, JOÃO PAULO BATALHA,
LUÍS TELES MORAIS, LUKE HOLLAND,
MANUEL CARVALHO DA SILVA, MANUEL DO
ROSÁRIO, MARIA REHDER, PEDRO CRUZ,
VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

COORDENAÇÃO EDITORIAL LILIANA
AZEVEDO

TRADUÇÃO LUCIANA ALMEIDA

REVISÃO PAULA AÇO, CÉSAR NETO E
LILIANA AZEVEDO

DESIGN GRÁFICO ANA GRAVE

ISSN 2182-8199

CONTACTOS PLATAFORMA PORTUGUESA
DAS ONGD / RUA APRÍGIO MAFRA, Nº17,
3º DTO / 1700-051 LISBOA / PORTUGAL /
TLF +351 218872239 / FAX +351 218872241 /
SKYPE PLATAFORMAPORTUGUESADASONGD
/ INFO@PLATAFORMAONGD.PT /
WWW.PLATAFORMAONGD.PT

PEDRO CRUZ DIRECTOR EXECUTIVO /
PEDRO.CRUZ@PLATAFORMAONGD.PT

CÉSAR NETO RESPONSÁVEL DE
COMUNICAÇÃO /
CESAR.NETO@PLATAFORMAONGD.PT

PAULA AÇO RESPONSÁVEL FINANCEIRA
E ADMINISTRATIVA /
PAULA.ACO@PLATAFORMAONGD.PT

LUCIANA ALMEIDA ASSISTENTE DE
PROJECTO /
LUCIANA.ALMEIDA@PLATAFORMAONGD.PT

ESTA EDIÇÃO FOI ESCRITA AO ABRIGO DO ANTIGO
ACORDO ORTOGRÁFICO.

[FOTOGRAFIA DA CAPA]

OS DIAS DO DESENVOLVIMENTO 2010.
PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

3

EDITORIAL

4

DOSSIER ‘SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS’

18

EM REDE

22

BOAS PRÁTICAS

23

INICIATIVA

24

PUBLICAÇÕES

25

AGENDA

É hoje consensual que as organizações da sociedade civil desempenham um papel relevante na governação, tanto no plano nacional como internacional. Há muito que é aceite o lugar destas organizações nas conferências multilaterais e que é reconhecido o seu papel de *watchdog*, de observador da aplicação de tratados internacionais, da implementação de políticas públicas ou ainda das dotações orçamentais para essas mesmas políticas.

Este papel interventivo na governação não é recente, pois inúmeras convenções internacionais em diversos domínios – direito humanitário, direito do trabalho, direitos das mulheres, direitos ambientais, etc. – devem-se ao *advocacy* das organizações da sociedade civil que, desde o seu surgimento há cerca de dois séculos, sempre procuraram influenciar os decisores.

Com efeito, a sociedade civil organizada tem um papel essencial a desempenhar para que, nos sistemas de democracia representativa, a governação do que é público não se faça sem as pessoas nem à revelia das pessoas. A governação deve antes ser um processo participativo e negociado da vida colectiva.

Temos assistido, nas últimas décadas, a um progressivo desinvestimento dos Estados nos sectores sociais, diminuindo a sua capacidade de resposta e comprometendo a equidade das políticas públicas. Esse vazio foi ocupado por miríades de ONG, numa lógica de prestação de serviços. O seu papel enquanto actor político extravasa, porém, este tipo de intervenções, cabendo-lhes também responsabilizar os governos e influenciar as políticas, mobilizando os media e a opinião pública.

Por um lado, o envolvimento dos cidadãos e das suas organizações na formulação, monitoria e avaliação das políticas públicas permite que estas sejam negociadas e assentem num consenso político e social mais amplo. Por outro lado, a vigilância e pressão dos cidadãos organizados contribui para uma maior transparência e prestação de contas

por parte dos poderes públicos e, desta forma, aumenta a qualidade da governação e do desenvolvimento.

O dossier desta edição integra um conjunto diversificado de artigos que reflecte sobre o papel da sociedade civil nas políticas públicas, em Portugal e no plano internacional. Abre com um texto de contextualização de Pedro Cruz, Director Executivo da Plataforma Portuguesa das ONGD. Ana Filipa Oliveira, do Grupo de Trabalho AidWatch, traça o percurso das ONGD na monitoria da política portuguesa de Cooperação. Já Luke Holland e Ignacio Saiz, do *Centre for Economic and Social Rights*, perspectivam a monitoria da Agenda 2030 através da lente dos Direitos Humanos porque “a política de Desenvolvimento é uma política de Direitos Humanos”. João Paulo Batalha, da Transparência e Integridade – Associação Cívica, aborda o exemplo do combate à corrupção e defende que o cidadão deve ser encarado como “um agente do desenvolvimento partilhado”. Viriato Soromenho-Marques, Professor na Universidade de Lisboa, critica o modelo de crescimento baseado na predação intensiva de recursos e apela à sociedade civil a exigir políticas públicas amigas do ambiente. Este dossier integra ainda uma entrevista a Manuel Carvalho da Silva, Coordenador do Observatório sobre Crises e Alternativas, na qual defende políticas públicas baseadas numa boa relação entre a investigação e a acção.

Na rubrica Em Rede, destacamos a experiência da JOINT – Liga das ONG’s em Moçambique e da Campanha Nacional pelo Direito à Educação no Brasil. Na rubrica Boas Práticas, damos a conhecer o maior projecto mundial de análise da transparência, o *Open Budget Survey*. A terminar, damos a conhecer o processo da Consulta sobre a Implementação dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável a nível nacional, dinamizado pela Plataforma em conjunto com outras organizações da sociedade civil.

DIRECÇÃO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD



CONFERÊNCIA DE ADIS ABABA SOBRE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO.
ANA FILIPA OLIVEIRA, ACP, 2015

POLÍTICAS PÚBLICAS: QUAL O PAPEL DA SOCIEDADE CIVIL?

PEDRO CRUZ

DIRECTOR EXECUTIVO DA PLATAFORMA
PORTUGUESA DAS ONGD

Partimos para esta reflexão com base num pressuposto que nos parece claro: a Sociedade Civil desempenha um papel de grande importância para a eficácia das políticas públicas, em qualquer país ou região do globo. A diversidade, o dinamismo, a capacidade de intervenção das Organizações da Sociedade Civil (OSC) e o grau de compromisso e envolvimento dos cidadãos e cidadãs, são factores que permitem medir a maturidade e bom funcionamento de um regime democrático.

Durante muito tempo, a intervenção da Sociedade Civil foi sobretudo valorizada enquanto observadora interveniente (*watchdog*), função em que o seu conhecimento do terreno e proximidade às populações são mais-valias claras para compreender se uma determinada política está efectivamente a cumprir os objectivos definidos. Continuando a assegurar esta monitorização constante da eficácia das políticas públicas, a sua intervenção é hoje em dia muito mais abrangente, vai da construção, à implementação e avaliação dessas políticas.

A voz da Sociedade Civil faz-se hoje também ouvir, quase sempre, ao mesmo nível que a de chefes de Estado e de Governo e a sua importância é reconhecida em todos os grandes espaços nacionais e transnacionais de representação política. No entanto, mesmo nas

democracias mais consolidadas há ainda muito a fazer para que a auscultação às OSC tenha depois reflexo em medidas e decisões concretas.

A criação de espaços para que as organizações de diferentes sectores da Sociedade Civil possam apresentar as suas posições é importante mas, se essa consulta é considerada como um fim em si mesmo e não tem qualquer tipo de seguimento e influência na tomada de decisão, torna-se inconsequente e perde boa parte do seu significado e impacto.

Continua a ser necessário as OSC reivindicarem o reforço do ambiente favorável à sua intervenção, quer através de legislação que a facilite e contribua para a sua sustentabilidade organizacional, quer através da disponibilização, de forma atempada e facilmente acessível, de toda a informação relevante.

A legitimidade do trabalho das OSC é tanto mais reforçada quanto maior for a sua capacidade de mobilização da opinião pública face a um determinado problema. Esse apoio é essencial para que as suas posições reflitam efectivamente a visão de um conjunto alargado de cidadãos e cidadãs.

Para responder aos desafios globais que se colocam actualmente é necessário as OSC continuarem a investir na capacitação dos seus recursos humanos, no reforço da sua capacidade financeira e institucional, incluindo a capacidade de negociação, de comunicação, e de mobilização e articulação com outras entidades.

‘AID WATCH’ O PROCESSO DE ESCRUTÍNIO DA SOCIEDADE CIVIL À COOPERAÇÃO PORTUGUESA

ANA FILIPA OLIVEIRA

INVESTIGADORA NA ACEP E REPRESENTANTE DO GRUPO DE
TRABALHO AIDWATCH DA PLATAFORMA

Partindo do pressuposto de que as ONGD portuguesas devem acompanhar os debates internacionais em matéria de Desenvolvimento e manterem-se vigilantes da actuação dos seus Governos no que diz respeito a potenciais desvios à política de Cooperação para o Desenvolvimento, foi criado no início de 2007 o **Grupo de Trabalho *Aid Watch* da Plataforma Portuguesa das ONGD** que, actualmente reúne sete ONGD associadas. O surgimento deste grupo tem os seus primórdios no grupo homónimo europeu, criado em 2005 por iniciativa da **CONCORD – a Confederação das ONG Europeias das ONGD de Desenvolvimento e Acção Humanitária**.

Parece-nos importante recuar a meados dos anos 80 para perceber a criação deste processo. A actuação das ONGD portuguesas na Cooperação para o Desenvolvimento conhece nesse período um impulso que coincide com a entrada de Portugal na União Europeia (então CEE), passando a acompanhar os debates internacionais sobre as políticas de Cooperação para o Desenvolvimento e reconhecendo gradualmente o seu papel enquanto actor de diálogo no processo de Desenvolvimento. Até então, a actividade das ONGD portuguesas cingia-se sobretudo aos ciclos de projecto e a uma visão muito limitada do seu papel enquanto espaço de participação cívica fora da órbita partidária.

Mas é apenas a partir dos anos 2000, quando a comunidade internacional intensifica rondas de diálogo para uma parceria global, traduzidas em processos como a Cimeira do Milénio e os Fora de alto nível sobre a qualidade da Cooperação Internacional, que o processo *Aid Watch* começa a ser moldado pela sociedade civil que reconhece que a sua intervenção deve ir além da realização de projectos de referência, de forma a garantir também a qualidade das políticas de Desenvolvimento.

É neste contexto que surge em Portugal este processo de monitoria, da iniciativa da sociedade civil, para fazer o seguimento da política de Cooperação Portuguesa e, sobretudo, para acompanhar o volume financeiro canalizado pelo Orçamento de Estado para a Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), cuja meta fixada até 2015 se cifrava nos 0,7% do RNB, bem como a sua distribuição orçamental por programas e por ministérios. Se num primeiro momento a avaliação e acompanhamento dos aspectos quantitativos pareceu suficiente, à medida que se discutiam outros processos igualmente importantes como a Coerência das Políticas para o Desenvolvimento, foi-se percebendo a necessidade de estender esse escrutínio também aos aspectos mais qualitativos, como sejam a qualidade dos fluxos canalizados para os países parceiros (são doações ou meros instrumentos financeiros de crédito?), o compromisso de alinhamento e harmonização com as estratégias de Desenvolvimento dos países parceiros, a questão da transparência dos fluxos canalizados para programas de Desenvolvimento ou aspectos relacionados com a apropriação local desses mesmos programas.

‘A SOCIEDADE CIVIL RECONHECE
QUE A SUA INTERVENÇÃO DEVE
IR ALÉM DA REALIZAÇÃO DE
PROJECTOS DE REFERÊNCIA, DE
FORMA A GARANTIR TAMBÉM A
QUALIDADE DAS POLÍTICAS DE
DESENVOLVIMENTO’

O escrutínio da actuação do Governo e das instituições do Estado nem sempre é um processo pacífico, uma vez que essa monitoria pode ser percebida como policiamento e confronto que resultam em momentos de tensão. Porém, este exercício de cidadania e de participação activa na definição e na implementação da política de Cooperação para o Desenvolvimento tem conquistado ao longo dos anos também aliados em diversos actores do Estado, da própria sociedade civil e de outras entidades que reconhecem legitimidade às organizações da sociedade civil e à Plataforma Portuguesa das ONGD para apontar caminhos e alertar para os riscos da prevalência de determinadas opções em detrimento de outras.

O CONTRIBUTO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD NO PROCESSO ‘AID WATCH’

Este trabalho de monitoria levado a cabo pela Plataforma Portuguesa das ONGD tem-se traduzido em diversos documentos de posição face a decisões oficiais, de diagnóstico e de investigação da política de Cooperação Portuguesa e de partilha de informação com os congéneres europeus e de países parceiros. Exemplo disso é o **Relatório Aid Watch 2012 – Uma leitura da Cooperação Portuguesa desde 2003**, que analisou uma década de Cooperação Portuguesa, período pautado por grandes transformações nacionais e internacionais neste domínio, e que lista um conjunto de recomendações, sobretudo dirigidas ao Governo, para que a política de Cooperação para o Desenvolvimento não se desvie do seu rumo primordial de estar ao serviço das populações mais vulneráveis e de se nortear por princípios como a solidariedade e a realização dos Direitos Humanos à escala global.

Além deste tipo de relatórios publicados com periodicidade anual e discutidos em fórum aberto com outros (decisores políticos, deputados, jornalistas, etc..), a Plataforma Portuguesa das ONGD, através do Grupo *Aid Watch*, é responsável também pela página relativa a Portugal no Relatório *Aid Watch* Europeu que constitui um instrumento indispensável de advocacia e de influência política junto das instâncias europeias, em Bruxelas.

Em 2015, em paralelo com a Revisão pelos Pares (o chamado *Peer Review*) realizada pelo Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da Organização para a Cooperação Económica e Desenvolvimento (CAD/OCDE) à Cooperação Portuguesa, a Plataforma Portuguesa das ONGD redigiu um **relatório sombra**, no qual apresentou uma reflexão crítica do actual rumo da Cooperação Portuguesa, que corre o risco de ser entendida como um mero braço da diplomacia económica portuguesa, e explanou as suas preocupações e propostas para contribuir para uma melhor política de Cooperação para o Desenvolvimento.

O exercício de monitoria e de influência política traduz-se também na realização de debates, encontros e discussões mais informais com outros actores da Cooperação Portuguesa, Europeia e internacional, como aconteceu na Semana do Desenvolvimento, realizada em Lisboa, em pleno Ano Europeu para o Desenvolvimento (Maio de 2015) e que contou

com a participação de deputados nacionais e europeus, representantes de organizações internacionais como a OCDE, e de parceiros de organizações da sociedade civil de Países em Desenvolvimento.

‘OS PROCESSOS DE MONITORIA LEVADOS A CABO NÃO SÃO MEROS EXERCÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO CÍVICA, PROCURANDO QUE SE TRADUZAM EM PROPOSTAS CONCRETAS E CONTRIBUTOS VÁLIDOS [PARA A COOPERAÇÃO PORTUGUESA]’

Os processos de monitoria levados a cabo não são meros exercícios de participação cívica, procurando que se traduzam em propostas concretas e contributos válidos para alcançar os fins da Cooperação para o Desenvolvimento, ou seja, a promoção do Desenvolvimento e dos Direitos Humanos para todos. Isto significa também, em coerência, a realização de iniciativas semelhantes com OSC de países parceiros, de forma a que a monitoria seja praticada nos dois sentidos, o que já tem sido desenvolvido por algumas OSC portuguesas.

A realização destas e de outras actividades relacionadas com o *Aid Watch* tem sido um grande desafio para a Plataforma Portuguesa das ONGD e para as organizações associadas envolvidas no processo, uma vez que pressupõe um grande investimento de tempo e de recursos. A pressão do tempo e a “ditadura” dos ciclos de projecto das organizações, que servem de justificação para o pouco envolvimento nestes processos, só poderá ser colmatada com uma maior participação e partilha de tarefas entre todos os envolvidos e um maior compromisso e consciência do papel das organizações da sociedade civil enquanto actores *também* políticos. Tudo em prol de uma política de Cooperação para o Desenvolvimento mais eficaz e de maior qualidade.

BIBLIOGRAFIA: PROENÇA, F. (2012), “AID WATCH: UMA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELAS ONG PORTUGUESAS”, IN ACEP (2012), **A SOCIEDADE CIVIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM S. TOMÉ E PRÍNCIPE**, ED. ACEP, PP. 23–26



AGENDA 2030

USAR O PODER DOS DIREITOS HUMANOS PARA RESPONSABILIZAR OS GOVERNOS

LUKE HOLLAND E IGNACIO SAIZ

COORDENADOR DE INVESTIGAÇÃO E COMUNICAÇÃO E
DIRECTOR EXECUTIVO DO CESR (CENTRE FOR ECONOMIC
AND SOCIAL RIGHTS)

Durante os próximos anos os compromissos estabelecidos na **Agenda 2030** serão o ponto de referência para as organizações governamentais e da sociedade civil que trabalham na promoção do Desenvolvimento sustentável, equitativo e justo pelo mundo inteiro.

As promessas apresentadas nos novos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) encontram-se, no entanto, em forte contraste com as políticas sócio-económicas regressivas que estão actualmente a ser promulgadas em muitos países. Os programas de **austeridade** draconianos, tendo já provocado **retrocessos geracionais** dos direitos económicos e sociais em toda a Europa, estão agora a ser implementados em toda a **América Latina** e em grande parte do resto do mundo, enquanto os níveis de **desigualdade económica** aumentam, atingindo níveis sem precedentes. Além disso, as esperanças de um futuro melhor incorporadas na Agenda 2030 correm o risco de fracassar devido às fracas disposições para a **monitorização e prestação de contas**.

Com estes factos em mente, deve-se enfatizar que a política de Desenvolvimento é uma política de Direitos Humanos, mesmo quando não é explicitamente enquadrada como tal. Um dos resultados mais significativos das organizações da sociedade civil (OSC) envolvidas no processo dos ODS foi a obtenção de uma nova agenda muito mais de acordo com as disposições do Direito Internacional e dos Direitos Humanos. Na verdade, **quase todas as metas estabelecidas nos ODS podem ser ligadas aos Direitos Humanos** ou a instrumentos de Direito do Trabalho.

No contexto da Agenda 2030, os princípios de Direitos Humanos, tais como a transparência, a participação e a prestação de contas têm implicações importantes para o processo de **acom-**

panhamento e avaliação dos ODS, e para a tão apregoada “**revolução de dados**” que será crucial na monitorização, enquanto a obrigação em fornecer o máximo de recursos disponíveis para alcançar progressivamente os direitos económicos e sociais impõe a exigência de que os compromissos relacionados com os ODS sejam **adequadamente, eficaz e equitativamente financiados**. Da mesma forma, as obrigações extraterritoriais dos Direitos Humanos exigem que os Estados cooperem internacionalmente e garantam que as suas políticas, em áreas comerciais, financeiras e tributárias não impeçam a realização dos direitos noutros países - um dever de particular relevância para o Objectivo 17: Parcerias Globais.

Embora a Agenda 2030 já tenha sido acordada, as OSC podem ter um impacto crucial sobre a forma como os objectivos e metas são interpretados, implementados e monitorizados. Fundamentalmente, elas podem ter um papel determinante no sentido de garantir que os responsáveis pela implementação sejam responsabilizados, tanto a nível nacional como internacional.

‘A POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO
É UMA POLÍTICA DE DIREITOS
HUMANOS, MESMO QUANDO
NÃO É EXPLICITAMENTE
ENQUADRADA COMO TAL.’

Tal como o CESR tem argumentado desde o início das negociações da Agenda 2030, sistemas de monitorização robustos e abrangentes, dentro do contexto de um **ecossistema de prestação de contas**, serão necessários para assegurar que os ODS cumpram as suas promessas. Já existe um acordo de que haverá revisões temáticas ou específicas de metas, sob os auspícios do **Fórum Político de Alto Nível** (HLPF, na sigla em inglês), mas o poder deste órgão para analisar e responsabilizar os Estados é fraco e limitado, especialmente dado o carácter voluntário de devolução por parte dos Estados, e de um tempo para reuniões de apenas oito dias por ano.

Muito mais ainda precisa ser determinado em matéria de monitorização oficial dos ODS, mas as normas e padrões existentes relativos aos Direitos Humanos fornecem ferramentas poderosas para o trabalho da sociedade civil neste contexto.

OPERA: MONITORIZAÇÃO EM SINTONIA COM OS DIREITOS HUMANOS

O **Programa OPERA** do CESR fornece um processo simples, em quatro etapas, para avaliar como é que as políticas públicas obedecem aos direitos económicos e sociais. OPERA¹ - assim chamado porque analisa Resultados, Esforços Políticos e Recursos antes de proceder a uma Avaliação geral - proporciona uma abordagem analítica da política de Desenvolvimento baseada nos Direitos Humanos, que é suficientemente flexível para se adaptar a uma ampla variedade de contextos, além de ser sólida o suficiente para advogar convincentemente para o cumprimento dos Direitos Humanos.

O programa orienta os especialistas através do processo de mensuração de **resultados relevantes de Desenvolvimento**, escolhendo os indicadores adequados, **monitorizando esses indicadores** ao longo do tempo e estabelecendo comparações entre países para determinar se um país apresenta baixo desempenho. Em seguida, explica como avaliar os esforços das políticas governamentais, analisando os seus compromissos com os Direitos Humanos Internacionais e de Desenvolvimento e as disposições constitucionais e legislativas que dão efeito aos mesmos, juntamente com as correspondentes intervenções realizadas.

A terceira etapa do programa - “**Recursos**” - define o processo de análise dos orçamentos públicos, a fim de verificar se eles estão em conformidade com as normas relativas aos Direitos Humanos. A mobilização de recursos, em particular através da **tributação e da política fiscal**, é **essencial para o cumprimento** dos Direitos Humanos e, como tal os esforços para gerar recursos com este fim são igualmente analisados. A fase final do programa - ‘Avaliação’ - aborda factores contextuais que devem ser levados em consideração antes de apresentar quaisquer conclusões sobre os esforços e compromissos governamentais estabelecidos.

O investimento do CESR no programa OPERA para monitorizar os compromissos de Desenvolvimento tem demonstrado, uma e outra vez, que uma abordagem forte baseada nos Direitos Humanos pode ter um impacto fundamental. Na Guatemala, por exemplo, **a nossa colaboração com o Instituto Centro de Estudios Fiscales** na monitorização de como as in-

justiças das políticas fiscais estavam a minar os compromissos dos ODM na redução da mortalidade materna, da desnutrição infantil e das disparidades na educação, resultou em mudanças significativas na política tributária proposta pelo governo. Da mesma forma, o uso do OPERA para confrontar as políticas de austeridade regressivas em países como a **Irlanda** e **Espanha** tem demonstrado a capacidade de adaptação do programa a uma ampla variedade de questões e contextos.

‘EMBORA A AGENDA 2030 JÁ TENHA SIDO ACORDADA, AS OSC PODEM TER UM IMPACTO CRUCIAL SOBRE A FORMA COMO OS OBJECTIVOS E METAS SÃO INTERPRETADOS, IMPLEMENTADOS E MONITORIZADOS.’

O CAMINHO QUE TEMOS PELA FRENTE

A promessa de ‘Não Deixar Ninguém para Trás’, que ressoa fortemente com os princípios de Universalidade, Igualdade e Não-discriminação dos Direitos Humanos, tornou-se um dos gritos de guerra da Agenda 2030. Os compromissos dos ODS permanecerão pouco mais do que promessas no papel, a menos que exista uma vigilância incessante e uma pressão da sociedade civil para a sua implementação. Uma eficaz **monitorização baseada nos Direitos Humanos**, enraizada nos padrões legais preexistentes, com que quase todos os países do mundo já se comprometeram, oferece às organizações de Desenvolvimento uma ferramenta poderosa para responsabilizar os governos e outros actores poderosos na prestação de contas. Uma prestação de contas responsável é a única maneira de incentivar, de forma eficaz, o tipo de mudanças políticas que irão resultar na transformação prometida pela Agenda 2030.

ADAPTAÇÃO PARA PORTUGUÊS POR LUCIANA ALMEIDA.

¹ SIGLA INGLESA PARA OUTCOMES, POLICY EFFORTS, RESOURCES, ASSESSMENT

OPERA. UM PROGRAMA EM QUATRO ETAPAS
para a monitorização do cumprimento dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais



O QUERER E O PODER: A SOCIEDADE CIVIL NO COMBATE À CORRUPÇÃO

JOÃO PAULO BATALHA

TIAC – TRANSPARÊNCIA E INTEGRIDADE, ASSOCIAÇÃO CÍVICA

Um dos meus provérbios favoritos é filho de um pragmatismo popular de experiência feito: “o olhar do dono é que engorda o gado”. Recorro a ele muitas vezes, em discussões sobre políticas de transparência activa ou de combate à corrupção. Recorro a ele para justificar a importância da vigilância cívica sobre os poderes públicos. Recorro a ele para explicar que, se estivermos de olho aberto sobre os poderosos, eles tenderão a portar-se melhor.

Não se trata de alimentar a suspeição sobre a honestidade dos governantes. Trata-se simplesmente de encarar o cidadão não como um mero cliente das políticas públicas – que recebe aquilo que lhe derem –, mas como um agente do desenvolvimento partilhado. Faz-se melhor a defesa do interesse público quando o público se interessa. E se isto é verdade para qualquer política pública, mais ainda o é quando falamos de políticas públicas cujo objectivo é, precisamente, combater os crimes e abusos daqueles que detêm o poder.

Corrupção, na definição usada pela *Transparency International*, é o abuso de um poder delegado para benefício próprio ou de terceiros. É o que acontece quando um funcionário cede a uma cunha ou exige um suborno para despachar um processo. É o que acontece quando um ministro outorga a uma construtora uma Parceria Público-Privada ruinosa para o contribuinte; indo depois trabalhar, legalmente, para a mesma construtora que beneficiou. Ou quando um deputado acumula, legalmente, funções de representação dos cidadãos que o elegeram e consultorias privadas a empresas beneficiárias de contratos públicos, legislação “oportuna” ou negócios com o Estado.

Eis o paradoxo: há formas de corrupção legal, ou corrupção sistémica. É a corrupção que captura as instituições democráticas depositárias do interesse público e as coloca ao serviço de interesses privados, aliás estreitos, que sufocam a livre concorrência, que revertem políticas de bem-estar social e afunilam as oportunidades de desenvolvimento económico. É a corrupção dos *Panama Papers*, dos políticos de negócios, da desigualdade e da opressão. É a corrupção que mais ameaça as democracias, mesmo as mais consolidadas. E é uma ameaça global.

O combate contra a corrupção – seja a corrupção do pequeno suborno ou a da captura das grandes instituições – é a condição prévia crucial para o desenvolvimento global, para a redução das desigualdades, para o respeito pelos direitos humanos. É no combate à corrupção e na luta por um governo limpo, transparente e inclusivo que se refugia a esperança no desenvolvimento social, seja em Portugal ou em qualquer sítio do mundo.

‘O COMBATE CONTRA A CORRUPÇÃO
(...) É A CONDIÇÃO PRÉVIA CRUCIAL
PARA O DESENVOLVIMENTO
GLOBAL, PARA A REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES, PARA O RESPEITO
PELOS DIREITOS HUMANOS.’

É este o papel da sociedade civil: produzir conhecimento, levantar a discussão do problema, sensibilizar concidadãos e decisores, propor alternativas, discutir políticas públicas e zelar pela sua adopção e cumprimento. É proteger a voz daqueles que denunciam abusos – e são tão frequentemente punidos pela sua coragem e integridade. É mostrar ao mais desprotegido dos cidadãos, pressionado a comer e calar, que não está sozinho e que não precisa de se resignar à ordem dos poderosos.

Não é nenhuma cavalgada heróica. É um trabalho difícil e desigual, que se faz de pequenas vitórias, passo a passo. É um trabalho de união e organização, de persistência. É o trabalho, em suma, de opor a força dos muitos que mandam pouco; ao poder dos poucos que mandam muito.

CRISE DO AMBIENTE E DIREITOS HUMANOS

VIRIATO SOROMENHO-MARQUES

PROFESSOR CATEDRÁTICO DE FILOSOFIA NA UNIVERSIDADE DE LISBOA ¹

A actual crise de refugiados - provocada pela mistura de intervenções bélicas incompetentes do Ocidente, e seculares lutas internas entre facções religiosas no seio do mundo islâmico – pode criar a ilusão de que será a guerra a principal causa dos futuros movimentos migratórios globais.

Contudo, a principal ameaça que provoca a destabilização de Estados e lesa gravemente os direitos individuais de cidadãos, tornados apátridas, resulta da destruição da “capacidade de carga” dos territórios, isto é, de fenómenos de colapso ambiental regional, que colocam milhões de homens, mulheres e crianças em rotas de êxodo e colisão. São os milhões de “refugiados ambientais”, de que a ONU fala há muitos anos. É dramático que grande parte desta destruição de ecossistemas seja feita em nome de uma concepção errada e predatória de “desenvolvimento”. Um modelo de crescimento, baseado na predação intensiva de recursos, imposto muitas vezes de fora, que escapa ao controlo democrático, encontrando-se nas mãos de uma minoria ambiciosa, disseminada pelas sete partidas geográficas, económicas e ideológicas do mundo. O humanismo grosseiro (no fundo um pseudo-humanismo) é geralmente a sua marca distintiva comum. Em nome do papel central do Ser Humanos, estes fundamentalistas do crescimento a todo o custo devastam os recursos naturais, derrubam e queimam as florestas, arrasam os habitats de milhares e milhares de espécies que connosco compartilham esta delicada habitação planetária, contaminam a água e o ar, envenenam as cadeias alimentares, deixam atrás de si a marca do deserto e da devastação.

É esta mesma criminosa ideologia, falsamente antropocentrista, que cria megalópoles em que ninguém pode viver com decência, que arrasta milhões e milhões de crianças para a escravidão de um trabalho precoce, ou para as dependências e a mendicidade, promovendo a ruptura das comunidades e dos seus valores.

A conjugação de tudo isto na crise global do ambiente atingiu uma nova zona de clarificação quando se tornou sensível e inegável, aquilo que durante décadas aparecia como mera hipótese científica: a existência de um processo de alterações climáticas em curso, que constitui a maior ameaça ao futuro da civilização humana, tanto na perspectiva dos direitos individuais como no ângulo temporal da justiça entre gerações.

‘AS ONG E AS FORÇAS

ORGANIZADAS DA CIDADANIA

NO SEIO DAS RESPECTIVAS

SOCIEDADES CIVIS TERÃO DE EXIGIR

AOS SEUS GOVERNOS POLÍTICAS

PÚBLICAS CARACTERIZADAS PELO

RESPEITO INTRANSIGENTE PELA

SUSTENTABILIDADE ECOLÓGICA E

AMBIENTAL DO PLANETA.’

No século XXI, que começou de forma tão aziaga e violenta para os direitos humanos, se quisermos que eles sobrevivam ao risco de uma nova era das trevas, então as ONG e as forças organizadas da cidadania no seio das respectivas sociedades civis terão de exigir aos seus governos políticas públicas caracterizadas pelo respeito intransigente pela *sustentabilidade ecológica e ambiental* do Planeta, em cada uma das suas parcelas territoriais, porque só essa sustentabilidade poderá garantir a base vital em que repousam *os direitos das gerações futuras*. Sem o equilíbrio ambiental e boas políticas de sustentabilidade, tanto no interior dos países, como nas suas respectivas políticas externas e de cooperação, a paz não será possível nem duradoura. A guerra é hoje, em grande medida, uma consequência da crise ambiental, cuja importância, tanto global como regional, continua a ser subestimada pela tóxica mistura entre avidez e ignorância.

¹ MEMBRO DO CONSELHO NACIONAL DE AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (CNADS). SÓCIO CORRESPONDENTE DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA E DA ACADEMIA DE MARINHA.



Realidade
Quais os passos que já estão a ser dados na ENT para contribuir para esta mudança?

À CONVERSA COM...

MANUEL CARVALHO DA SILVA

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO SOBRE CRISES E ALTERNATIVAS

ENTREVISTA REALIZADA POR
CÉSAR NETO
RESPONSÁVEL DE COMUNICAÇÃO
NA PLATAFORMA

COMO SURTIU A IDEIA DE CRIAÇÃO DO OBSERVATÓRIO SOBRE CRISES E ALTERNATIVAS E COMO FUNCIONA O OBSERVATÓRIO?

O Observatório é um projecto relativamente novo. O Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra tem uma cultura significativa de trabalho em várias áreas e a determinada altura decidimos avançar com a elaboração de um **Dicionário das Crises**. Na sequência, o ideal era partirmos para a criação de um Observatório que tenha presente a característica de trabalho do CES, o trabalho científico e de investigação – e tentar transportar o que o CES vai produzindo, ou que pode produzir, para o plano sociopolítico, portanto chegar à sociedade com as interpretações dessa investigação. Nós não estávamos a viver uma crise. Nós estamos numa sucessão de crises. A palavra crise tornou-se numa instituição recorrente nesta onda neoconservadora e neoliberal que varre o nosso país, a Europa e o mundo. É hoje uma evidência que para os detentores de poder é mais

‘NUM CONTEXTO DESTES, QUER NACIONAL QUER EUROPEU, COM TODOS OS BLOQUEIOS A QUE ASSISTIMOS, É AINDA MAIS NECESSÁRIA UMA PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE PROCURE TRAZER [...] ABORDAGENS QUE, O MAIS POSSÍVEL, PROCUREM FAZER LEITURAS INTEGRADAS E BASEADAS NUMA BOA RELAÇÃO ENTRE A INVESTIGAÇÃO E A ACÇÃO’

fácil governar debaixo da invocação da crise. Digamos que nessa fase (2012) assistimos ao emergir do conceito de austeridade com toda a sua força.

De forma sintética, o Observatório nasce perante a constatação de uma necessidade e possibilidade que o CES sustentava de pegar em trabalho de carácter científico e estabelecer uma relação com a sociedade, fazer uma abordagem sociopolítica na sociedade que não descaracterize o científico mas que chame a atenção para as coisas, uma vez que a necessidade de intervenção está muito para além do trabalho científico.

EXPLORANDO A QUESTÃO DA CRISE...

Nós abordámos o conceito de crise no plural pela diversidade de componentes do conceito, mas também pela razão po-

lítica. Em Portugal estamos num tempo de grandes desafios face à existência de um compromisso político que sustenta o Governo e portanto um processo que é novo e traz desafios complexos à sociedade. Nós sentimos que é sempre necessário a abordagem das políticas públicas, mas num contexto destes, quer nacional quer europeu, com todos os bloqueios a que assistimos, é ainda mais necessária uma perspectiva das políticas públicas que procure trazer, para os actores que estão no terreno, sejam eles poder central ou local, actores socioeconómicos e/ou culturais, abordagens que, o mais possível, procurem fazer leituras integradas e baseadas numa boa relação entre a investigação e a acção.

Contudo, no contexto actual, em que o factor de bloqueios da União Europeia face aos problemas que temos no plano nacional, é preciso muita criatividade. Estamos a insistir muito nesta tecla: há que se fazer um melhor aproveitamento dos estudos que se produzem, conseguir rentabilizar isso. Isto exige visões integradas, quer do estudo dos problemas, quer da acção. Tem muito a ver com os desafios que são colocados às vossas organizações [ONGD].



MANUEL CARVALHO DA SILVA

A INFORMAÇÃO E OS DADOS PRODUZIDOS PELO OBSERVATÓRIO TÊM SIDO UTILIZADOS PARA INFLUENCIAR POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL? SE SIM, DE QUE FORMA?

O Observatório é um instrumento, um espaço de trabalho e de intervenção que procura aproveitar capacidades do colectivo do CES. Produzimos barómetros que são normalmente textos muito curtos, por exemplo, barómetros sobre o salário, emprego e desemprego. O barómetro sobre o desemprego oficial e o desemprego oculto deu origem a uma grande polémica, houve artigos diversos, sujeitámo-nos a uma grande crítica mas está a fazer o seu percurso.

Produzimos em cada ano um relatório e estamos a elaborar o terceiro. O primeiro foi um relatório de abordagem mais geral, o segundo é sobre a financeirização do capitalismo português, uma desmontagem a partir de três estudos-caso sobre a água, habitação e segurança social. Alguns dos autores do texto como Nuno Teles, João Rodrigues e Ana Santos têm intervindo em debate público e o tema tem uma certa força e está em debate na sociedade.

Estamos a trabalhar num outro relatório sobre o emprego no qual vamos procurar mostrar a evolução das políticas de emprego em função das orientações europeias, mas também no plano nacional e qual o reflexo no concreto, nas chamadas políticas activas de emprego e outras medidas que são adoptadas. Mas decidimos também introduzir nesse relatório uma leitura sobre o trabalho da Comissão Permanente da Concertação Social no que diz respeito a aspectos que tenham a ver com o emprego e em particular com as relações laborais e a contratação colectiva. Julgo que será um relatório importante e relevante para o debate na Sociedade.

Fizemos recentemente um trabalho interessantíssimo a partir do discurso económico de jornalistas que fazem o acompanhamento da Economia. Vamos também fazendo debates, cursos de formação avançada, entre outras actividades.

Há uma maior proximidade com outros actores como jornalistas, organizações sindicais, governos, faculdades como a Faculdade de Direito de Lisboa, em particular com o Instituto de Políticas Europeias, com a Universidade Católica do Porto, ... Assentamos basicamente em barómetros, cadernos, publicações anuais e uma intervenção permanente na sociedade. Estamos claramente numa fase de mudança, ou seja, o Observatório tem de subir de patamar.

‘AS ONG, O PODER LOCAL E OUTRAS ORGANIZAÇÕES/ INSTITUIÇÕES PRECISAM DE DAR O ENFOQUE À OBSERVAÇÃO DO QUE FAZEM (...). IMPORTA POTENCIAR O TRABALHO DESENVOLVIDO POR ESTAS ORGANIZAÇÕES..’

COMO PERSPECTIVA O TRABALHO DO OBSERVATÓRIO NO FUTURO PRÓXIMO?

Estamos a fazer grande esforço para que se dê um impulso a uma discussão que desejamos que seja profunda e transformadora sobre a economia social e também sobre a segurança social mas pensamos que é preciso forçar muito e ganhar sensibilidade de outros actores, outros parceiros. A nossa pretensão é

criar dinâmicas e, portanto, estamos a fazer um grande esforço nesse sentido.

Outro foco em que estamos empenhados é nas questões que têm a ver com contratação colectiva, política de emprego e políticas salariais.

Estamos também empenhados em políticas sociais, temos estado a trabalhar com a Câmara Municipal de Lisboa para que seja possível rentabilizar mais todo o investimento que tem em termos de estudo e articulá-lo com a acção. Nós temos consciência que os direitos humanos são direitos urbanos, ou seja, está centrado muito no papel das autarquias a resposta a muitas questões que são absolutamente prioritárias na vida das pessoas e que identificam naquilo que podemos dizer bases essenciais dos direitos humanos. Portanto a relação direitos humanos-direitos urbanos é um tema que nos está a dar muita motivação para intervir e vamos continuar a trabalhar outras duas frentes: a financeirização do capitalismo português e o tema da democracia.

E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL?

As ONG, o poder local e outras organizações/instituições precisam de dar o enfoque à observação do que fazem com tudo o que são estudos de que dispõem, explorar como é que articulam os seus estudos. Importa potenciar o trabalho desenvolvido por estas organizações. Existe na sociedade portuguesa uma dimensão de intervenção que é muito mais do que aquele discurso que o senso comum identifica. É possível daí retirar resultados. Esta é uma das observações que temos feito e vamos passando a mensagem procurando sensibilizar.

VERSÃO COMPLETA DA ENTREVISTA [AQUI](#).



CENTRO CULTURAL PORTUGUÊS DE SÃO TOMÉ. ACEP. 2015.

RECURSOS FUDAMENTAIS

ACEP/FONG-STP (2016) *Políticas públicas: Boas práticas de monitoria e prestação de contas*

CESR (2012) *The opera framework assessing compliance with the obligation to fulfill economic, social and cultural rights*

CIVICUS (2015) *Participatory Governance Toolkit*

Court, J., Mendizabal, E., Osborne, D., e Young, J. (2006) *Policy engagement: How Civil Society can be more effective*, Overseas Development Institute

Fair, Green & Global alliance (2014) *The strength of lobbying and advocacy*

IBP (2015) *Open budget survey 2015*

INESC (2009) *Orçamento e Direitos: Construindo um Método de Análise do Orçamento à Luz dos Direitos Humanos*

Jordan, L. (2013) *Civil Society's Role In Global Policymaking*

MASC (2010) *Manual de Monitoria da Governação*

Pedler, R. (1999) *EU public affairs: the growing role of NGOs in the decision making process*, Journal of Communication Management

Reid, H. et all. (2012) *Southern voices on climate policy choices: Analysis of and lessons learned from civil society advocacy on climate change*, Southern Voices

Rosa Mendes, P. (coord.)(2014) *Sociedade Civil, Comunicação e Advocacia em São Tomé e Príncipe*

World Economic Forum (2013) *The Future Role of Civil Society*

‘SITES’ DE REFERÊNCIA

AidWatch CONCORD / Centro de Integridade Pública de Moçambique / Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil / Mecanismo de Apoio à Sociedade Civil / CIVICUS / Extractive Industries Transparency Initiative / Internacional Budget Partnership / International Conference on Public Policy / Internacional Aid Transparency Initiative / Global Policy Forum / Open Government Partnership / Publish What You Fund

SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

UM OLHAR SOBRE A INTERVENÇÃO DA JOINT

MANUEL DO ROSÁRIO

OFICIAL DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO & PONTO FOCAL DE
GÉNERO DA JOINT - LIGA DAS ONG'S EM MOÇAMBIQUE

“Ligando as vozes da sociedade civil em Moçambique.”¹

Que caminhos e meios as Organizações da Sociedade Civil (OSC) moçambicanas trilham para tornar-se verdadeiros “watchdog” da acção governativa? Duas questões essenciais devem ser consideradas nesta análise: i) a sustentabilidade e ii) a eficácia das acções das OSC. Estas duas variáveis, não dependem somente da forma de organização interna das OSC, mas também do seu ambiente externo nomeadamente, a influência dos parceiros de cooperação e dos governos onde elas actuam. Tais influências podem ser positivas ou negativas. Tomando em consideração as limitações de várias ordens enfrentadas pelas OSC moçambicanas no campo das suas acções, privilegiamos a abordagem de trabalho em rede como estratégia de saída para sucesso das acções de advocacia de políticas públicas.

O AMBIENTE POLÍTICO PARA ACTUAÇÃO DAS OSC EM MOÇAMBIQUE

O espaço cívico para actuação das OSC em Moçambique começa a ficar cada vez mais ameaçado se prestarmos atenção ao contexto político actual, caracterizado pelo aumento do controlo político dos espaços de diálogo, das liberdades de expressão e de imprensa. Este campo é ainda hostilizado pelo conflito de carácter político-militar arrastado desde 2013 e a credibilidade política que o país criara desde o fim da guerra dos 16 anos (1976-1992) está ameaçada. E como tal, uma série de acções repreensivas são postas em acção, e consequentemente a liberdade de expressão em Moçambique está também ameaçada.

SOCIEDADE CIVIL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL DA JOINT

Em 2013, a JOINT facilita a criação de um espaço introspectivo das OSC moçambicanas denominado por Conferências da Sociedade Civil Moçambicana, tendo sido realizada 3 sessões, 2013, 2014 e 2015 respectivamente. Cada uma das sessões dentre vários aspectos debatidos, procurou concertar estratégias de interacção e participação na monitoria da governação, nas mais diversas áreas. Em 2014, a sessão aprova um código de princípios de conduta e ética das OSC, um mecanismo auto regulador das OSC com vista a melhorar o seu ambiente interno de governabilidade. Em 2015, a sessão discutiu com o Governo e a Comunidade Doadora, espaços de diálogo e participação alternativos aos formais² para melhor coordenação, responsabilização e prestação de contas. O estudo “Avaliação Nacional do Ambiente de Actuação de Organizações da Sociedade Civil (OSC) em Moçambique - ENNA” realizado em 2015 concluiu que ainda há sérios desafios para o funcionamento das OSC em Moçambique e que em geral, o ambiente não pode ser considerado favorável para a intervenção do OSC. O estudo recomenda dentre vários aspectos: i) a revisão urgente da Lei das Associações, Lei 8/91; ii) a criação de uma arquitectura de financiamento mais equitativo para as OSC; iii) tornar a legislação sobre a liberdade de expressão e de reunião pacífica efectivamente conhecida e aplicada em conformidade. Há sensivelmente cinco anos, as OSC em Moçambique começaram a despertar para a necessidade de reforçar a monitoria e advocacia de políticas públicas na perspectiva do Orçamento Público, daí a criação do Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) actualmente coordenado pelo CESC – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil, plataforma composta por OSC da qual a JOINT faz parte. A corrupção, que muitas vezes é associada à falta de controlo e fiscalização dos três ramos do governo, a transparência e o acesso limitado à informação, a responsabilidade mínima de funcionários eleitos e uma cultura de impunidade em que a corrupção persiste porque ela é vista como uma actividade de baixo risco e de alta recompensa são alguns dos aspectos apontados.

O envolvimento da JOINT em plataformas das OSC ao nível da região (o Conselho das Organizações da Sociedade Civil da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral - SADC-CNGO) e ao nível internacional (o Fórum Internacional das Plataformas Nacionais - FIP; o Affinity Group

of National Associations - AGNA; a Aliança Mundial para a Participação Cidadã CIVICUS, entre outras), é uma estratégia que se prende na busca de parcerias de trabalho em rede com vista a fortalecer as acções de advocacia ao mais alto nível quando ao nível local estas se mostram limitadas.

CONSTATAÇÕES E DESAFIOS

A sociedade civil tem vindo a crescer quantitativamente, porém a qualidade é ainda um desafio. As actividades e actuação de forma isoladas, e por conta disso estar a crise financeira e a luta pelo protagonismo, ainda caracterizam a sociedade civil moçambicana, não obstante nos últimos três anos esta tendência estar a melhorar. Não obstante estas constatações, a relação entre a Sociedade Civil e o Estado é frágil, em termos de mecanismos de responsabilização mútua e monitoria transparente eficaz. As OSC praticamente não recebem financiamento público e quando recebem, não existem mecanismos claros e transparentes relativamente às modalidades do apoio do Estado às OSC. A maioria das OSC no país é inactiva e só realiza actividades de forma pontual e com horizontes temporais limitados devido a maior dependência financeira e na maioria dos casos, de forma consequente, a dependência política. Apesar disso, a Sociedade Civil moçambicana demonstra ser um parceiro credível para o desenvolvimen-

‘A SOCIEDADE CIVIL MOÇAMBICANA DEMONSTRA SER UM PARCEIRO CREDÍVEL PARA O DESENVOLVIMENTO DEMOCRÁTICO MOÇAMBICANO (...) ATRAVÉS DA SUA PARTICIPAÇÃO EM ASSUNTOS SOCIOPOLÍTICOS E ECONÓMICOS.’

to democrático moçambicano pois, é um vector chave que dá mais credibilidade aos processos do desenvolvimento do país, através da sua participação em assuntos sociopolíticos e económicos, numa tentativa de contrapor a lógica do monopólio do Estado na gestão do bem público.

VERSÃO COMPLETA DO ARTIGO [AQUI](#).

¹ LEMA QUE OS MEMBROS FUNDADORES DA JOINT ESCOLHERAM EM 2007 NA SUA FUNDAÇÃO.

² A ESTRUTURA FORMAL DA PARTICIPAÇÃO DAS OSC NA GESTÃO DA GOVERNAÇÃO EM MOÇAMBIQUE PODE SER VISTA A PARTIR DAS SEGUINTE COMPONENTES: I) OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO ANTES CHAMADO OBSERVATÓRIO DE POBREZA (NÍVEL CENTRAL); II) OBSERVATÓRIOS DE DESENVOLVIMENTO PROVINCIAL (NÍVEL PROVINCIAL) E III) CONSELHOS CONSULTIVOS DISTRITAIS (NÍVEL DISTRITAL). OBSERVATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO (OD) NACIONAL.



PAINEL III CONFERÊNCIA DA SOCIEDADE CIVIL: DIÁLOGO SOCIEDADE CIVIL VS DOADORES. MOÇAMBIQUE. JOINT. 2015.

AS CONQUISTAS DE INCIDÊNCIA POLÍTICA DA CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

DANIEL CARA E MARIA REHDER
COORDENADOR-GERAL E COORDENADORA DE PROJETOS DA
CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

Garantir a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei 13.005/2014 - é a nossa principal luta e desafio de hoje. Escrevemos este artigo na mesma semana em que apresentamos no Congresso Nacional (Câmara dos Deputados e Senado Federal) a situação de implementação da **Lei 13.005/2014** do Plano Nacional de Educação 2014-2024.

O balanço apresentado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação representa a voz de mais de 210 mil pessoas que se debateram pela implementação do PNE na nossa principal actividade de mobilização social: a **Semana de Acção Mundial 2016**.

Em Setembro de 2015, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação apresentou, junto do Comité sobre os Direitos da Criança da ONU, em Genebra, um **alerta** para o risco que as medidas do governo braisleiro representam na garantia do direito humano à educação no Brasil. O Comité sobre os Direitos da Criança acatou este nosso alerta¹ e recomendou ao Estado Brasileiro, a necessidade de garantir os recursos para implementação do PNE mesmo em contexto de ajuste fiscal e de crise. Em 2016, infelizmente, a implementação do Plano continua estagnada devido à falta de prioridade dada pelos governos, à crise económica e à crise política.

Dentre as metas e estratégias não cumpridas da lei do PNE, duas têm impacto significativo para a efectivação de todos os demais dispositivos: a regulamentação do **Sistema Nacional de Educação** (SNE) e a implementação do **Custo Aluno-**

-Qualidade Inicial (CAQi), o parâmetro de financiamento previsto no Plano que determina um padrão mínimo de qualidade na educação. Sem a implementação do CAQi, mecanismo criado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e com cortes no orçamento da educação, todas as demais metas e estratégias do Plano ficam inviabilizadas.

A implementação do PNE representa uma priorização da educação, acima de qualquer outra política. Isso pode ser sintetizado na meta de destinar o equivalente a 10% do PIB [Produto Interno Bruto] em educação. Mais do que isso, a priorização fica explícita quando esse volume de recursos é vinculado ao mecanismo do CAQi. Ou seja, pela primeira vez na história da política pública de educação, uma proposta elaborada integralmente pela sociedade civil – no caso o CAQi – é incorporada num documento legal e num plano novo de política de Estado. A questão essencial da não implementação é financeira.

‘PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA DA
POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO,
UMA PROPOSTA ELABORADA
INTEGRALMENTE PELA SOCIEDADE
CIVIL – NO CASO O CAQI – É
INCORPORADA NUM DOCUMENTO
LEGAL E NUM PLANO NOVO DE
POLÍTICA DE ESTADO.’

O CAQi foi aprovado nas conferências nacionais de educação e no Congresso Nacional, em processos consistentes de incidência política e de debate público. Representa uma inversão na lógica do financiamento das políticas educacionais no Brasil: o investimento, antes subordinado à disponibilidade orçamentária prevista na vinculação constitucional de recursos alocados para a área, passa a ser pautado pela necessidade de investimento por aluno para que seja garantido, de fato, um padrão mínimo de qualidade em todas as escolas públicas brasileiras. Ou seja, não se trata do que está disponível e é insuficiente, mas sim do que é necessário.

É importante destacar que a tramitação do PNE não aconteceu numa bolha, tendo ocorrido no Congresso Nacional Bra-

‘VIVEMOS O DESAFIO DE
GARANTIR A IMPLEMENTAÇÃO
DESTAS CONQUISTAS DA
SOCIEDADE CIVIL NA LEI.’

sileiro, com os parlamentares brasileiros, diante da chamada correlação de forças existente no nosso sistema partidário e na nossa sociedade. O parlamento, por definição, é um lugar de negociação e disputa. Num regime democrático, nenhum parlamento no mundo produzirá um texto legal perfeito. Jogamos o jogo e vencemos na maior parte das questões.

As conquistas do texto final do PNE, inegavelmente maiores do que as da versão original, devem-se à influência da sociedade civil, em especial, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que atuou de maneira incansável para melhorar o texto da Lei. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação esteve presente nos momentos de tramitação do Plano no Congresso Nacional, trabalhou com todos os partidos e tentou negociar com o Ministério da Educação. Percorreu o país inteiro debatendo o PNE, assumindo um protagonismo que fez da Campanha a principal fonte na imprensa nacional

sobre o assunto. O documento final da lei, de 80 páginas, que levou quase quatro anos para chegar à sua versão final, estabelece 20 metas e centenas de estratégias para os próximos 10 anos e propõe um novo futuro para a educação brasileira.

Contudo, agora, vivemos o desafio de garantir a implementação destas conquistas da sociedade civil na lei. Se somarmos os quase quatro anos de tramitação aos dois anos de vigência com prazos não cumpridos, totalizamos uma perda de seis anos, que impacta directamente no acesso à escola de milhões de brasileiras e brasileiros, que ainda se encontram em situação de exclusão escolar. Além de também não garantir a qualidade do ensino para os que se encontram matriculados, infraestrutura dignas, profissionais de educação valorizados e uma gestão democrática plena que motive os estudantes a aprender. Infelizmente, sem PNE, essa será uma realidade ainda muito distante das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos que vivem no Brasil e ainda tem o seu direito humano à educação negligenciado.

¹ NA LEI 13.005/2014 DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE) NO BRASIL E OS RISCOS QUE FRAGILIZAM A SUA IMPLEMENTAÇÃO NO CONTEXTO POLÍTICO ACTUAL.

² SOBRE A INCIDÊNCIA EM GENEBRA JUNTO AO COMITÉ SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA E A LUTA PELO PNE, ACESSE O MANUAL EM: [HTTP://SEMANADEACAOMUNDIAL.ORG/2016/MATERIAIS/](http://semanadeacaomundial.org/2016/MATERIAIS/).



DIVULGAÇÃO CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. BRASIL. 2013.

OPEN BUDGET SURVEY

CIDADANIA GLOBAL POR MAIS TRANSPARÊNCIA ORÇAMENTAL

LUÍS TELES MORAIS

DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS THOMAS JEFFERSON-CORREIA DA SERRA E COORDENADOR DO OPEN BUDGET SURVEY 2017

O *Open Budget Survey* (OBS) é o maior projecto mundial de análise da transparência, participação cidadã e *accountability* nas finanças públicas. Desde 2006, a cada dois anos, analisa os processos orçamentais de mais de cem países por todo o mundo. Este projecto, originalmente desenvolvido pelo *Center on Budget and Policy Priorities*, um dos principais “think tanks” americanos em matérias orçamentais, cresceu e é hoje gerido pela *International Budget Partnership*, uma organização autonomizada, também sediada em Washington.

Com vista a melhor adaptar a análise a realidades locais necessariamente heterogéneas, este projecto é conduzido de forma descentralizada. Quer as observações e análises, quer a divulgação e esforço de *advocacy* são, ao nível local, da responsabilidade de equipas específicas em cada país, através de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) ou com universidades.

Assim, o *Open Budget Survey* representa uma importante iniciativa da sociedade civil a nível global, em dois sentidos: primeiro, pela promoção de mais transparência, mais participação e envolvimento dos cidadãos, e um melhor escrutínio das decisões políticas no que diz respeito aos impostos e ao destino que lhes é dado; segundo, por representar um estimulante exemplo de colaboração profícua entre OSCs de diferentes países, num verdadeiro exercício de cidadania global.

Portugal tem entrado nas análises do *Open Budget Survey* desde a sua terceira edição (2010). Inicialmente coordenado por Marina Costa Lobo e Paulo Trigo Pereira, através do Instituto de Ciências

Sociais da Universidade de Lisboa, tem sido, desde 2014, acolhido pelo **Instituto de Políticas Públicas - IPP**, um “think tank” independente.

As conclusões que estas análises têm lançado, não sendo muito surpreendentes, não deixam de ser relevantes. Nas três edições em que Portugal participou tem estado sempre no *top* 20-30% global, mas no plano europeu vem registando das piores pontuações. Ao longo deste período, registaram-se melhorias ténues, mas ainda assim aquém do desejável: não tem sido fácil estimular iniciativas políticas para melhorar a transparência orçamental, persistindo várias das lacunas apontadas pelo OBS. Em 2015, as principais falhas encontradas têm sobretudo a ver com a escassez das oportunidades para os cidadãos serem ouvidos e participarem no processo de decisão orçamental.

Uma excepção a esta tendência foi a introdução, pela primeira vez, do Orçamento Cidadão em 2014: uma versão do Orçamento “trocada em miúdos”, disponibilizada oficialmente pelo Ministério das Finanças, demonstrando um esforço de abertura e aproximação aos cidadãos. Esta era um dos mais importantes reparos a Portugal nos primeiros *Open Budget Survey*.

A sua implementação foi conseguida em boa medida graças a iniciativas de advocacy pelos coordenadores do projecto, no sentido de pressionar o Governo de então nesse sentido, e que teve ainda seguimento com o envolvimento do IPP na preparação do primeiro Orçamento Cidadão. O seu sucesso constitui um exemplo encorajador de que vale a pena, de forma serena e estruturada, apostar nesse tipo de *lobbying* positivo por parte da sociedade civil.

Seguiram-se até mais algumas boas iniciativas no mesmo sentido, executadas pela Direção-Geral do Orçamento, mas infelizmente, este ano, foi dado um passo no sentido errado: no Orçamento para 2016, já não tivemos Orçamento Cidadão.

Será um aspecto negativo a ter em conta no trabalho que estamos agora a iniciar para o próximo *Open Budget Survey* e que esperamos possa ter um impacto importante na discussão orçamental no ano de 2017.

Contamos, de resto, com o contributo de todos para o efeito. Caso tenha quaisquer sugestões, comentários, dúvidas, perplexidades sobre as finanças públicas, não hesite em entrar em contacto connosco!

A SOCIEDADE CIVIL PORTUGUESA E A IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS

PEDRO CRUZ

DIRECTOR EXECUTIVO DA PLATAFORMA PORTUGUESA DAS ONGD

“Transformar o nosso mundo, não deixar ninguém para trás”, é este o lema da Agenda 2030, aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2015. Com 17 Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 medidas, este é sem dúvida o mais ambicioso compromisso de Desenvolvimento e Cooperação Internacional assumido até agora pelos 193 países da ONU. Mas será a Agenda 2030 efectivamente concretizável? Será este um compromisso para cumprir?

Esta Agenda pretende ser sobretudo uma declaração de interdependência entre todos os povos e todas as organizações. E por isso tem de ser assumida como uma Agenda de Cidadania, que obrigará à modificação de comportamentos de cada um de nós, enquanto cidadãos e cidadãs, no nosso dia-a-dia, no nosso trabalho, nos nossos hábitos de consumo e na forma como exercemos os nossos direitos e cumprimos os nossos deveres.

Para além de contribuir para a construção, implementação e monitorização dos ODS, a Sociedade Civil organizada tem também um papel muito importante na componente de influência política e na consciencialização da opinião pública sobre a importância da Agenda 2030. Foi por isso que um conjunto de Plataformas e Redes nacionais, que representam diferentes tipos de Organizações da Sociedade Civil, se juntaram para promover um Processo de Consulta sobre a implementação dos ODS a nível nacional.

Ao longo dos meses de Maio e Junho decorreram, em diferentes cidades do país (Braga, Porto, Coimbra, Covilhã, Lisboa, Évora, Ponta Delgada e Funchal), 8 *workshops* que contaram com a participação de mais de 200 representantes de diferentes tipos

de organizações da Sociedade Civil e órgãos de poder local e que permitiram criar uma dinâmica de reflexão e debate sobre a Agenda 2030 e os ODS. Deste debate foi também possível recolher contributos que servirão de base para a elaboração de um conjunto de recomendações destinadas aos decisores políticos nacionais e locais.

‘ESTA AGENDA TEM DE SER ASSUMIDA COMO UMA AGENDA DE CIDADANIA, QUE OBRIGARÁ À MODIFICAÇÃO DE COMPORTAMENTOS DE CADA UM DE NÓS.’

Esta consulta inclui igualmente um **questionário** que permite alargar o âmbito de recolha destes contributos, dando oportunidade para que todos os cidadãos e todas as cidadãs portuguesas possam participar neste processo. Em Setembro serão apresentados publicamente os resultados finais desta Consulta Pública.

Mas este trabalho não terminará aqui. Este foi um primeiro passo de um processo mais longo de acompanhamento, monitorização e avaliação da implementação da Agenda 2030, marcando também um compromisso claro da Sociedade Civil Portuguesa em trabalhar de forma colaborativa e em parceria para que, daqui a 15 anos, possamos estar a fazer um balanço positivo da concretização dos ODS.

A Comissão Organizadora integra as seguintes entidades, representantes de “famílias” de organizações da Sociedade Civil: **Animar** – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local; **CPF** – Centro Português de Fundações; **CGTP-IN** – Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional; **CNJ** – Conselho Nacional de Juventude; **CONFAGRI** – Confederação Nacional das Cooperativas Agrícolas de Portugal; **Minha Terra** – Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local; **PpDM** – Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, **PPONGD** – Plataforma Portuguesa das Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento.

Estas organizações contam ainda com o apoio da **UNRIC** – Centro Regional de Informação das Nações Unidas para a Europa Ocidental, do **Camões**, Instituto da Cooperação e da Língua e do **CES** – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

PUBLICAÇÕES



O PAPEL DE PORTUGAL NA ARQUITETURA GLOBAL DO DESENVOLVIMENTO

OPÇÕES PARA O FUTURO DA COOPERAÇÃO PORTUGUESA

por FERREIRA, P.M., FARIA, F. & CARDOSO, F. J.
em 2016

Este estudo analisa o papel de Portugal enquanto pequeno doador no contexto da reformulação da arquitectura da ajuda e da cooperação para o desenvolvimento. O documento aborda alguns desafios e oportunidades que se apresentam à Cooperação Portuguesa, em termos de opções estratégicas, institucionais, de quadros legais e de articulação entre políticas. Identificam-se os principais desafios e opções que se colocam à estratégia de Portugal e à actuação da Cooperação Portuguesa em vários parâmetros, dando contributos para o reforço dos aspectos positivos e para a minimização e/ou reformulação dos aspectos a melhorar.

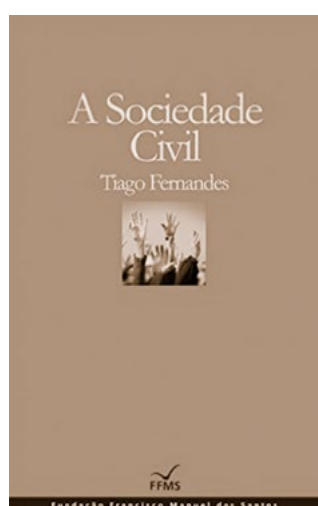


O DESENVOLVIMENTO NOS MEDIA

PERCEPÇÕES E VISÕES DE JORNALISTAS E PROFISSIONAIS DA ÁREA DO DESENVOLVIMENTO

por OLIVEIRA, A. F. & FARIA, R.
em 2016

O livro reúne as visões de mais de 30 profissionais das áreas do Desenvolvimento e dos Media acerca da qualidade do relacionamento entre ambas as partes e da informação produzida sobre questões relacionadas com o Desenvolvimento. Este estudo-diagnóstico, realizado no âmbito do projecto “Aquele Outro Mundo que é o Mundo – o Mundo dos Media e o Mundo do Desenvolvimento”, pretende ser um contributo para o debate sobre a relação entre os Média – em particular o jornalismo – e o sector do Desenvolvimento, procurando apresentar algumas soluções para estreitar esse diálogo.



A SOCIEDADE CIVIL

por TIAGO FERNANDES
em 2014

Através de uma reflexão sobre a história europeia, este ensaio mostra como a sociedade civil emergiu a par de Estados fortes, parlamentos poderosos, partidos políticos mobilizadores e em contextos de revolução social democrática. Numa época de corrosão destas instituições pelo mercado desregulado e por organizações tecnocráticas, apenas através da revitalização de uma sociedade civil que dê voz ao cidadão comum e aos grupos com menos recursos será possível defender a democracia.

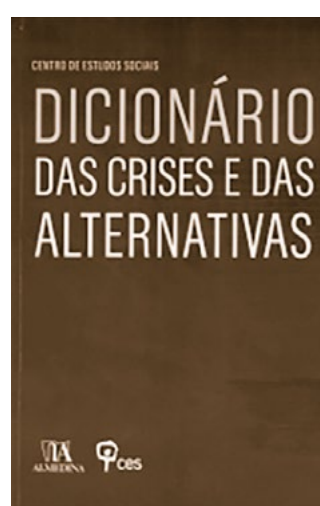


A SOCIEDADE CIVIL E O ESTADO NA GUINÉ-BISSAU

DINÂMICAS, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

por MIGUEL DE BARROS (COORD.)
em 2014

Este estudo debruça-se sobre as capacidades de organizações sociais, particularmente as associações de base comunitária, as associações socioprofissionais, as organizações religiosas, os sindicatos, as redes e plataformas, as universidades e centros de pesquisa, as fundações, as ONG e organizações com estruturas não formais na Guiné-Bissau, analisando as suas características, lógicas de acção, coordenação e relações externas, relacionamento com outras organizações, incluindo com as entidades governamentais.



DICIONÁRIO DAS CRISES E ALTERNATIVAS

por OBSERVATÓRIO SOBRE CRISES E ALTERNATIVAS / CES
em 2012

Primeira grande aposta do Observatório sobre Crises e Alternativas, este dicionário foi elaborado por uma equipa de 113 investigadores da Universidade de Coimbra, responsáveis pelas 222 entradas desta obra. Este dicionário tem o propósito de contribuir para melhorar a qualidade da informação e ampliar o debate em torno de certos conceitos, abrindo espaço para os cidadãos pensarem soluções alternativas aos problemas.



EXPLORING EU HUMANITARIAN DONORS' FUNDING AND CONDITIONS FOR WORKING WITH NGOS

BUILDING EVIDENCE FOR SIMPLIFICATION

por NGO VOICE
em 2015

língua INGLESA

A Rede Voluntary Organisations in Cooperation in Emergencies (VOICE) apresenta este relatório tendo como base o Consenso Europeu para a Ajuda Humanitária e exemplos de quatro doadores (ECHO, Danida da Dinamarca, Auswärtiges Amt da Alemanha e Centre de Crise – CDC de França).

AGENDA

D	S	T	Q	Q	S	S	JULHO		
					1	2	3. CONCENTRAÇÃO “SEM DIREITOS IGUAIS TODOS PERDEMOS” organizado por Plataforma Imigração e Cidadania LISBOA	8. CONFERÊNCIA “EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL: REFLEXÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NA AMÉRICA LATINA” COM OSCAR JARA organizado por CIDAC e FGS LISBOA	18. CURSO “RESPONSABILIDADE SOCIAL DAS ORGANIZAÇÕES, INOVAÇÃO SOCIAL E CRIAÇÃO PARTILHADA DE VALOR” organizado por FCSH LISBOA
3	4	5	6	7	8	9			
10	11	12	13	14	15	16	4-6. ISEG SUMMER SCHOOL: HOW RICH COUNTRIES GOT RICH... AND WHY POOR COUNTRIES STAY POOR organizado por ISEG LISBOA	9. XI ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA GLOBAL – “RUMO A UMA EDUCAÇÃO TRANSFORMADORA” Organizado por Rede ECG LISBOA	
17	18	19	20	21	22	23			
24	25	26	27	28	29	30			
31									
AGOSTO							AGOSTO		
31. CALL FOR PAPERS REVISTA CIÊNCIAS E POLÍTICAS PÚBLICAS organizado por Centro de Administração e Políticas Públicas/ISCSP							4. CALL FOR PAPERS “EPISTEMOLOGIES OF THE SOUTH AND COMMUNICATION” organizado por Universidad de Cádiz em colaboração com CES-Coimbra		
							22-24. CONFERÊNCIA “LEGACIES OF THE TRICONTINENTAL, 1966-2016: IMPERIALISM, RESISTANCE, LAW” organizado por CES-Coimbra COIMBRA		
OUTUBRO							OUTUBRO		
14-16. MICAR – IIIª MOSTRA INTERNACIONAL DE CINEMA ANTI-RACISTA organizado por SOS Racismo PORTO							31. FIM DO PRAZO PARA ASSINATURA DA PETIÇÃO “LIDL, QUEREMOS UM JOGO JUSTO!” organizado por IMVF		
22. CONFERÊNCIA ANUAL DA COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ: “SISTEMA FISCAL E JUSTIÇA SOCIAL” organizado por CNJP LISBOA							3-4. SEMINÁRIO REDES PARA O DESENVOLVIMENTO organizado por várias organizações LISBOA		
NOVEMBRO							NOVEMBRO		

ACEP ASSOCIAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE OS POVOS

ACGB ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO COM A GUINÉ-BISSAU

ADDHU ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

ADPM ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO PATRIMÓNIO DE MÉRTOLA

ADRA ASSOCIAÇÃO ADVENTISTA PARA O DESENVOLVIMENTO, RECURSOS E ASSISTÊNCIA

AIDGLOBAL ACÇÃO E INTEGRAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO GLOBAL

AJAP ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS AGRICULTORES DE PORTUGAL

AMU COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE LUSÓFONA POR UM MUNDO UNIDO

APCD ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CULTURA E DESENVOLVIMENTO

APDES AGÊNCIA PIAGET PARA O DESENVOLVIMENTO

APF ASSOCIAÇÃO PARA O PLANEAMENTO DA FAMÍLIA

APOIAR ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE APOIO A ÁFRICA

ASSOCIAÇÃO HELPO

ASSOCIAÇÃO PAR RESPOSTAS SOCIAIS

ATA ASSOCIAÇÃO TROPICAL AGRÁRIA

ATLAS ASSOCIAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

BATOTO YETU PORTUGAL ASSOCIAÇÃO CULTURAL E JUVENIL

CÁRITAS PORTUGUESA

CEAUP/ONGD CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DAS UNIVERSIDADE DO PORTO

CHAPITÔ

CIDAC CENTRO DE INTERVENÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO AMÍLCAR CABRAL

CPR CONSELHO PORTUGUÊS PARA OS REFUGIADOS

EQUIPA D'ÁFRICA

EAPN PORTUGAL REDE EUROPEIA ANTI-POBREZA

EPAR DESENVOLVIMENTO, ENSINO FORMAÇÃO E INSERÇÃO, CRL

FCL FUNDAÇÃO CIDADE DE LISBOA

FEC FUNDAÇÃO FÉ E COOPERAÇÃO

FGS FUNDAÇÃO GONÇALO DA SILVEIRA

FUNDAÇÃO BOMFIM

FUNDAÇÃO CHAMPAGNAT

FUNDAÇÃO TERESA REGOJO PARA O DESENVOLVIMENTO

G.A.S. PORTO GRUPO DE ACÇÃO SOCIAL DO PORTO

GRAAL ASSOCIAÇÃO DE CARÁCTER SOCIAL E CULTURAL

GTO LX GRUPO DE TEATRO DO OPRIMIDO

IED INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

IMVF INSTITUTO MARQUÊS DE VALLE FLOR

ISU INSTITUTO DE SOLIDARIEDADE E COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA

LEIGOS PARA O DESENVOLVIMENTO

LIGAR À VIDA ASSOCIAÇÃO DE GESTÃO HUMANITÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO

MDM – P MÉDICOS DO MUNDO PORTUGAL

MENINOS DO MUNDO

MG MEMÓRIAS E GENTES – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA

MONTE DESENVOLVIMENTO ALENTEJO CENTRAL – ACE

MSH MISSÃO SAÚDE PARA A HUMANIDADE

MUNDO A SORRIR ASSOCIAÇÃO DE MÉDICOS DENTISTAS SOLIDÁRIOS PORTUGUESES

OIKOS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

OMAS / LEIGOS DA BOA NOVA

ORBIS COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

PRO DIGNITATE FUNDAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS

RAIA HISTÓRICA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE DA BEIRA

ROSTO SOLIDÁRIO ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO

SAÚDE EM PORTUGUÊS

SAPANA

SOLSEF SOL SEM FRONTEIRAS

SOPRO SOLIDARIEDADE E PROMOÇÃO

TERRAS DENTRO ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

TESE ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

UMP UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

UNICEF COMITÉ PORTUGUÊS PARA A UNICEF

URB-ÁFRICA ASSOCIAÇÃO PARA A COOPE- RAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO URBANO

VIDA VOLUNTARIADO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO AFRICANO

VITAE ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE E DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL

VSF VETERINÁRIOS SEM FRONTEIRAS PORTUGAL

WACT WE ARE CHANGING TOGETHER